



ACÓRDÃO Nº 578/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1569/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Fábio Augusto Alho da Costa – Ordenador de Despesa.
- 4- **Órgão:** Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM.
- 5- **Exercício:** 2014.
- 6- **Advogado:** Jose Carlos Cavalcanti Junior.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2722/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.2652/2653).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM, exercício 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Fábio Augusto Alho da Costa**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Recomendar a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM que:

10.2.1. crie a Unidade de Controle Interno, em cumprimento ao art. 44, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica-TCE/AM) c/c o art. 74 da CF/88 e, conseqüentemente, emita os pareceres relacionados;



ACÓRDÃO Nº 578/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar quitação ao Sr. Fábio Augusto Alho da Costa, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral